



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Juizado Regional Empresarial da Comarca de Passo Fundo

Rua Coronel Chicuta, 310 - Bairro: Centro - CEP: 99010050 - Fone: (54)3046-9100 - Email:
frpasfundojre1vciv@tjrs.jus.br

RECUPERAÇÃO JUDICIAL Nº 5037895-11.2025.8.21.0021/RS

AUTOR: R. DELLAGOSTIN

AUTOR: DAGEMAR ANTONIO DELLAGOSTIN - ME

DESPACHO/DECISÃO

Trata-se de pedido de Recuperação Judicial formulado por R. DELLAGOSTIN, CNPJ 20093730000191, e DAGEMAR ANTONIO DELLAGOSTIN - ME, CNPJ 08929934000114. Informaram que suas atividades abrangem o processamento e a distribuição de alho embalado. Iniciaram as atividades em 19/07/2007, no município de Três Arroios/RS, por iniciativa de Dagemar Dellagostin que, com o apoio da esposa e do filho Igor, embalavam os produtos para venda, seguida de árdua rotina nas estradas para entrega aos compradores. Com o passar dos anos, o negócio prosperou e cresceu, gerou empregos e deu origem ao Grupo Alhos Tin, que se estabeleceu no fornecimento e processamento de alhos e temperos a grandes redes de supermercados e estabelecimentos em diversas regiões do país. Além da sede em Três Arroios, a expansão das atividades resultou na locação de um espaço no CEASA, local estratégico para a distribuição dos produtos na Região Metropolitana de Porto Alegre. Contudo, a enchente de 2024 causou inúmeros prejuízos à unidade, culminando com o encerramento das atividades no CEASA em setembro de 2025. Diante da necessidade de reorganização e visando maior eficiência e redução de custos, o Grupo abriu uma sede em Erechim/RS, onde atualmente concentra as atividades administrativas, o armazenamento, a distribuição e o processamento do alho, consolidando-se como a sede principal, permanecendo na matriz, em Três Arroios/RS, as atividades de embalagem e preparo final dos produtos. Asseveraram que a crise econômico-financeira teve início em 2021 e 2022, com inadimplência persistente na carteira de clientes a exigir constantes remanejamentos de fluxo de caixa para manter o giro de mercadorias e honrar compromissos. O crescente endividamento foi sucedido pelos prejuízos com as enchentes de 2024, com perdas de estoque, embalagens e estragos na infraestrutura da sede em Três Arroios/RS e no CEASA. Após as enchentes, a retomada do consumo varejista tardou a ocorrer, desestruturando a cadeia de abastecimento, período em que o Grupo permaneceu sem operação e em meio a dificuldades de logística e aumento de custos nos reparos dos equipamentos danificados nos alagamentos. Em setembro/2024, um curto-circuito na matriz comprometeu mercadorias e resultou em prejuízo aproximado de R\$ 100.000,00. Nesse contexto, a recuperação judicial se impõe como instrumento necessário de reorganização e sobrevivência, indispensável à preservação da atividade produtiva, dos empregos e da função social que o Grupo desempenha na cadeia de abastecimento alimentar. Postularam o deferimento do processamento da recuperação judicial em consolidação processual e substancial. Requereram a concessão de tutela de urgência para imediata vigência do *stay period*, declaração de essencialidade dos bens descritos no anexo 10 e dos imóveis do Grupo Empresarial. Acostaram documentos (evento 1, INIC1).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Juizado Regional Empresarial da Comarca de Passo Fundo

Intimada para recolher custas, a parte autora postulou o pagamento em 12 parcelas (evento 10, PET1).

Foi determinada emenda à petição inicial e deferido o parcelamento das custas iniciais em 4 (quatro) parcelas (evento 16, DESPADEC1).

Realizado o pagamento da primeira parcela referente às custas iniciais (evento 29).

A parte autora apresentou emenda no evento 30, EMENDAINIC1.

Verificada a pendência de documentos, foi determinada nova emenda à inicial (evento 32, DESPADEC1).

A parte requerente emendou a inicial e juntou documentos (evento 37, EMENDAINIC1 e evento 38, EMENDAINIC1).

Vieram os autos conclusos.

É o relatório.

Decido.

Recebo as emendas (evento 30, EMENDAINIC1 e evento 37, EMENDAINIC1).

1. Análise preliminar dos requisitos legais e constatação prévia

Nos termos do art. 47 da Lei nº 11.101/05, a recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo a preservação da empresa, de sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Considerando o impacto que o deferimento da recuperação judicial de empresários gera à sociedade, principalmente diante da gama de credores das requerentes (evento 30, DETCRED16), imprescindível se faz o preenchimento de todos os requisitos constantes nos artigos 48 e 51 da Lei de Regência.

Efetuada uma análise prévia, verifiquei que a parte autora observou substancialmente os requisitos legais para a instrução de seu requerimento.

Diante desse contexto, o E. CNJ editou a Recomendação nº 57/2019, orientando a todos os magistrados a realização de constatação das reais condições de funcionamento das empresas solicitantes de recuperação judicial, bem como a verificação da completude e da regularidade da documentação apresentada pelas devedoras, previamente ao deferimento do processamento da recuperação empresarial (art. 1º).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Juizado Regional Empresarial da Comarca de Passo Fundo

A Lei nº 14.112/2020, por sua vez, acrescentou à Lei de Falências e Recuperação Judicial o art. 51-A, conferindo ao juiz a possibilidade de nomear profissional de confiança, com capacidade técnica e idoneidade, para promover a referida constatação.

Nesse sentido, ante a necessidade de averiguar-se a efetiva adequação e utilidade do procedimento excepcional de recuperação previamente ao deferimento do pleito, **determino seja realizada constatação prévia** para investigar a pertinência da recuperação judicial e o preenchimento dos requisitos legais.

A constatação prévia consistirá, objetivamente, na verificação das reais condições de funcionamento das empresas e da regularidade documental, vedado o indeferimento do processamento da recuperação judicial baseado na análise de viabilidade econômica do devedor, nos termos do art. 51-A, § 5º, da Lei nº 11.101/05. Ainda, servirá para afastar ou detectar eventuais indícios de utilização fraudulenta da ação (§ 6º).

O laudo de constatação prévia deverá, também, avaliar o principal estabelecimento das devedoras para fins de definição de competência e o preenchimento dos requisitos legais para a consolidação substancial requerida.

Além disso, deverá averiguar a essencialidade dos bens informados pela parte autora e abordar a análise do endividamento da parte autora, perquirindo de forma prévia, mas não exaustiva, a classificação dos créditos submetidos ou não à recuperação, a fim de que o juízo possa aferir a adequação/necessidade do pedido de recuperação judicial.

A análise do passivo não é exauriente, não se destinando à antecipação da fase administrativa de verificação de créditos, mas é imprescindível para decisão acerca do processamento do pedido.

Para a realização da constatação prévia **nomeio a empresa Von Saltiel Administração Judicial, CNPJ 34.852.081/0001-70**, advogados responsáveis Germano Von Saltiel (OAB/RS nº 68.999) e Augusto Von Saltiel (OAB/RS nº 87.924), com endereço profissional na Rua Manoelito de Ornellas, nº 55, sala nº 1501, Bairro Praia de Belas, CEP 90110-230, Porto Alegre/RS, telefones para contato (51) 3414-6760 e (51) 99171-7069 (WhatsApp) e e-mail atendimento@vonsaltiel.com.br, cujo laudo deve ser entregue no prazo de cinco dias após aceite o encargo, inclusive com apresentação da sugestão honorária, a ser arbitrada após a apresentação do laudo (art. 51-A, §§ 1º e 2º, da mesma Lei).

Dispensados os quesitos e intimação prévia da parte requerente (art. 51-A, § 3º).

Intime-se a Perita com urgência também via correspondência eletrônica ou telefone (WhatsApp).

2. Tutela de urgência



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Juizado Regional Empresarial da Comarca de Passo Fundo

A parte autora postulou em tutela de urgência a antecipação dos efeitos do *stay period*, conforme possibilidade prevista no art. 6º, § 12, da Lei nº 11.101/2005, com a suspensão de todas as ações ou execuções ajuizadas e de atos expropriatórios.

Contudo, em que pese evidenciada a probabilidade do direito ao futuro deferimento do processamento da recuperação judicial, não restou demonstrado o perigo de dano a possibilitar a antecipação do período de *stay* antes da constatação prévia.

Não há comprovação de que as autoras estejam em vias de sofrer atos constitutivos por credores concursais que lhes possam privar de seu patrimônio a ensejar risco ao resultado útil do processo, o qual se consubstancia no efetivo soerguimento das demandantes.

Quanto ao pedido de manutenção na posse dos bens essenciais, destaco que a essencialidade de bens constritos deve ser avaliada em cada caso concreto, não podendo ser cogitada a hipótese de proibir genericamente a prática de atos executórios contra as autoras.

Desse modo, não há risco iminente para antecipar os efeitos do *stay period* antes da constatação prévia, podendo a questão ser reavaliada posteriormente caso haja alteração na situação jurídico-processual, com a devida comprovação do perigo de dano.

ISSO POSTO, ausentes os requisitos do art. 6º, § 12º, da Lei nº 11.101/2005, combinado com o art. 300 do Código de Processo Civil, **indefiro a tutela de urgência pleiteada.**

3. Disposições finais

Saliento, por oportuno, que, nos termos do art. 189-A da Lei nº 11.101/05, incluído pela Lei nº 14.112/2020, o presente feito terá prioridade sobre todos os atos judiciais, salvo as prioridades estabelecidas em leis especiais.

Anote-se a prioridade de tramitação na capa dos autos.

Atendem as partes e os auxiliares da Justiça de que todos os prazos previstos na lei que regulamenta a recuperação judicial e a falência ou que dela decorram serão contados em dias corridos (art. 189, § 1º, inc. I, da Lei nº 11.101/05).

Intime-se a Perita com urgência também via correspondência eletrônica ou telefone (WhatsApp), conforme constou no item "1" desta decisão.

Por fim, determino a atribuição de sigilo nível 3 aos documentos relativos à relação de bens particulares dos sócios e ou administradores das devedoras, conforme Recomendação nº 103 do CNJ¹, art. 4º, permitindo-se acesso à parte autora, Ministério Público e Administração Judicial.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
Juizado Regional Empresarial da Comarca de Passo Fundo

Assim, **atribua-se sigilo** nível 3 ao Evento 1, ANEXO25; Evento 1, ANEXO16; Evento 1, ANEXO17; Evento 1, ANEXO18; Evento 1, ANEXO19; Evento 1, ANEXO20; Evento 30, ANEXO13 e ANEXO14; Evento 1, ANEXO23; Evento 1, ANEXO22; Evento 30, ANEXO10 e Evento 30, ANEXO13.

Agendadas as intimações eletrônicas da parte autora e da Perita.

Documento assinado eletronicamente por **JOAO MARCELO BARBIERO DE VARGAS, Juiz de Direito**, em 04/12/2025, às 17:12:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10096610640v17** e o código CRC **48ecf8bc**.

1. Art. 4º Recomendar a todos os magistrados e magistradas das varas, especializadas ou não, onde tramitam processos de recuperação judicial que determinem aos responsáveis pelo expediente que, nos processos de recuperação judicial, realizem o sigilo dos documentos contendo a relação de bens particulares dos sócios e/ou administradores da devedora.

5037895-11.2025.8.21.0021

10096610640.V17